História Unisinos
27(2):402-413, Maio/Agosto 2023
Unisinos – doi: https://doi.org/10.4013/hist.2023.272.14

Legados do pós-Abolição: historiografia, invisibilidade e o associativismo negro em Laguna/SC

Legacies of post-Abolition: historiography, invisibility and black collective associations in Laguna/SC

Willian Robson Soares Lucindo[1]
wrsl0202@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1618-6762

Júlio César da Rosa[2]
juliusdarosa@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0286-4059

Resumo: Neste artigo, analisa-se como as populações afrodescendentes foram apagadas da história da cidade de Laguna e do Estado de Santa Catarina, bem como os territórios negros criados em um momento de reconfiguração urbana. Por meio de análise da historiografia catarinense e de jornais, percebeu-se que esses dois processos estão atrelados, sendo partes de projetos políticos de modernização do Estado. Desta forma, primeiro serão apresentados o munícipio de Laguna e suas configurações urbanas na virada do século, depois um debate sobre a historiografia de Santa Catarina e o processo de invisibilização das populações afrodescendentes e, por fim, os territórios negros dessa cidade.

Palavras-chave: Laguna; afrodescendentes; pós-Abolição; historiografia catarinense; associativismo negro.

Abstract: In this article analyzes how afro-descendant population groups were erased from the history of the city of Laguna and the State of Santa Catarina, as well as the black territories created in a moment of urban reconfiguration. Through an analysis of the historiography of Santa Catarina and newspapers, it was seen that these two processes are linked and are parts of political projects of modernization of the State. Thus, the article presents the municipality of Laguna and its urban configurations at the turn of the century, then a debate on the historiography of Santa Catarina and the process of invisibleness of afro-descendant population groups and, finally, the black territories of this city.

Keywords: Laguna; afro-descendant, post-Abolition; historiography of Santa Catarina; black collective associations.

[1] Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, EMEF Euclydes de Oliveira Figueiredo. Rua Marechal Olímpio Mourão Filho, 185, 05352080, São Paulo/Brasil.
[2] Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, EEB Humberto Hermes Hoffmann. Rodovia José Spillere, s/n. 88868-000, Nova Veneza/SC, Brasil.

Este é um artigo de acesso aberto, licenciado por Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), sendo permitidas reprodução, adaptação e distribuição desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Apresentação

"O juiz e mais Irmãos da mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna", como era conhecida a atual cidade de Laguna, em 1803, pediam "humildemente" que a Coroa Portuguesa lhes concedesse "licença para erigir uma Capela à Nossa Senhora" naquela mesma Vila. O templo seria construído "sobre um monte plano, alegre e próprio para a dita Capela", e sua construção, de acordo com a justificativa apresentada, aumentaria o número de fiéis em "honra e Glória de Deus" (Requerimento, 1803). Os "homens pretos" de Laguna conseguiram a autorização e construíram sua capela, que fez parte do cenário do município até meados da década de 1930.

"Em 3 de maio de 1860, Luiz Augusto Werner, conseguiu reunir um grupo de homens de cor para organizar a banda" "União dos Artistas", que representaria "um patrimônio lagunense", de acordo com artigo que comemorava seus 82 anos (O Albor, 1942, p. 1). Outra banda de "homens de cor" também celebrava seu aniversário naquele mês, era a "Sociedade Musical Carlos Gomes", que fora fundada por um grupo de dissidentes da União, em 1882 (O Albor, 1942, p. 3). Em 09 de fevereiro de 1903, fundou-se em Laguna a "Sociedade Recreativa União Operária", uma associação que, ao longo do tempo, ficou conhecida por ser composta por "mulatos" ou "morenos". Seus sócios também tiveram conflitos internos que geraram a ruptura de alguns que resolveram fundar uma nova agremiação, o "Clube Literário Cruz e Sousa", de 1906.

Nota-se, então, a existência de, ao menos, cinco associações controladas e majoritariamente ocupadas por afrodescendentes na cidade de Laguna, que chegaram a funcionar simultaneamente. Todas tiverem entre seus fundadores membros da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Laguna". Era um circuito associativo de afrodescendentes permeados de amizades, solidariedade, divergências e rivalidades. Contudo, parte da historiografia tradicional de Santa Catarina minimizou e/ou negou a presença de africanos e seus descendentes no Estado, fazendo com que muitas de suas cidades sejam hoje conhecidas como típicas de uma ou mais colônia estrangeira, e o Estado exaltado como uma "Europa incrustada no Brasil" (Leite, 1991, p. 7).

Este artigo faz parte de um conjunto de pesquisas históricas recentes que tece críticas a tal pensamento, demonstrando a presença de populações de origem africana em diversos municípios catarinenses. Este texto está inserido nos debates historiográficos do campo de estudos do pós-Abolição, que visa problematizar os desdobramentos da desestruturação do sistema escravista, que gerou, entre outros pontos, atualizações das hierarquias sociais que podem ser vistas na relação entre as categorias e identidades raciais com o acesso (ou não) aos direitos de cidadania. As entidades apresentadas até aqui tinham posições de destaque, sendo frequentemente mencionadas pelos jornais, e hoje estão quase que esquecidas na memória local. Por esta razão, tão importante quanto dar visibilidade às populações afrodescendentes é analisar as formas como elas foram apagadas por uma historiografia, bem como a constituição de territórios negros. Por meio de revisão bibliográfica, fontes jornalísticas, depoimentos e livros de registros das entidades, percebeu-se que a reconfiguração urbana de Laguna esteve atrelada a um processo de afastamento e destruição de aspectos socioculturais afrodescendentes, que também é sentido na produção historiográfica que oculta sua presença.

Laguna, a cidade

> *[...] com o intuito de fazer desaparecer uma cena que tanto nos envergonha, como era a formada pela turma de pedintes que, quase diariamente, andava de porta em porta esmolando, o nosso comércio... num gesto que muito o dignifica, encarregou as bondosas senhoras que constituem a Associação Damas de Caridade de distribuírem semanalmente... as quantias que por eles lhes fossem entregues... Pois bem. O saneamento foi feito... É preciso que aquelas cenas degradantes, desenroladas às nossas vistas, de verdadeiro assalto aos viajantes por ocasião da chegada de um trem ou vapor, não mais se reproduzam. A polícia cumpre zelar pelo que está feito, prendendo se necessário for estes indivíduos (O Albor, 1919, p. 11).*

A Laguna do início do século XX passou por transformações urbanas que buscaram reformular condutas e sociabilidades, modernizar-se de acordo com os padrões da época. Desejava-se eliminar da região central cenas como as citadas no trecho do jornal. A miséria e os miseráveis não podiam mais conviver com as classes abastadas, nem estar às suas vistas. Utilizando-se de discursos higienistas e sanitaristas, as elites econômicas e políticas retiravam os mais pobres da região central e lucravam com a especulação imobiliária, fazendo com que esse munícipio tivesse suas modificações sustentadas em dois grandes pilares: econômico e sanitário (Araújo, 1989; Bitencourt, 2007).

Os limites do Centro de Laguna são definidos pelo relevo entrecortado, "localizado entre dois morros e voltado para a lagoa de Santo Antônio"; anexos a ele estão outros dois bairros mais antigos, Campo de Fora e Magalhães (Reis, 1996), que concentram moradores de baixa renda e da média e baixa classe média. Nas décadas finais do século XIX, existia uma segregação espacial entre

o Centro e o arrabalde de Magalhães. Os moradores da Cidade, como a primeira região era conhecida, tinham aversão ao outro bairro, chamavam seus moradores de caboclos e evitavam circular nele durante a noite, alegando risco de sofrer violência (Ulysséa, 1943, p. 12 e 36). O bairro periférico, hoje chamado de Progresso, surgiu por volta de 1880 e era denominado Areal. Seu crescimento ocorreu, de forma significativa, "durante o período da Primeira Guerra Mundial, ocupado por uma população mais pobre, de trabalhadores da estrada de ferro" (Lucena, 1998, p. 48). As famílias mais ricas moravam "na Rua da Praia (atual Gustavo Richard) [onde também] estava situado o Porto; a Rua 'Direita' (atual Raulino Horn) e da Igreja", que concentravam algumas atividades de prestação de serviços, como a primeira agência de correios do município (Lucena, 1998, p. 82).

Os espaços de lazer e sociabilidade se concentravam no centro histórico e, de acordo com memórias de depoentes e alguns estudos, eram pontos de eclosões de alguns embates. Aos domingos, na Praça da Matriz, por exemplo, "havia os passeios pelo jardim... então pela parte de dentro ficavam as mocinhas da sociedade, circulando, e pela parte de fora, na calçada eram as demais, que não pertenciam às famílias tradicionais… não se misturavam. Depois inverteu". "O jardim era cercado de sarrafo, assim, os mais ricos passeavam por dentro. Tudo de braço né […] E os pobres por fora […] os pobres, branco e negro também! Já sabiam que não podiam" (Gonçalo, 1998 *in* Lucena, 1998, p. 111).

Situações semelhantes ocorrem em muitas cidades brasileiras. Em Lages, no planalto serrano de Santa Catarina, Frank Marcon (2010, p. 95) considera que as populações afrodescendentes se estabeleceram nas áreas periféricas devido às especulações imobiliárias, intervenções públicas para o embelezamento da cidade, assim como à renovação de leis e posturas municipais. A prática excludente também acontecia em Campinas, cidade do interior paulista, onde afrodescendentes costumavam caminhar pelas calçadas de fora do jardim da Praça Carlos Gomes, enquanto pessoas brancas usavam a parte de dentro (Bosi, 1987, p. 307).

Pode-se afirmar que reconfigurações de espaços urbanos estiveram atreladas a mudanças de condutas, tentativas de inculcar valores que eram considerados civilizados. A partir dessa reflexão, compreende-se que as reclamações contra a circulação nas áreas comerciais e de serviços não diziam respeito somente ao incômodo causado; eram parte de estratégias de controle e mudanças que se almejavam, até mesmo de manutenção da separação espacial. As ruas eram ocupadas por trabalhadores de diferentes ofícios e rendas, hav endo uma grande movimentação ao redor da estrada de ferro e da zona portuária: mercadorias eram recebidas e expedidas; carregamentos e descarregamentos eram feitos; migrantes e viajantes saíam e/ou chegavam. Contrastavam com esse cenário as frequentes cobranças pelo cumprimento dos artigos do Código de Posturas. Pedia-se que o jornal *O Albor* chamasse a "atenção do sr. Zelador municipal para que faça observar o disposto no Código de Posturas Municipais no que resguarda[va] às horas do fechamento, à noite, das casas de negócio", porque algumas continuavam abertas após as 23 horas (O Albor, 1904, p. 2).

Além de eliminar de seu campo de visão os pobres, fossem trabalhadores ou moradores de rua em mendicância, setores abastados planejaram retirar as habitações que consideravam inadequadas. *O Albor* felicitava o poder público pelas demolições que fazia, que precisariam ser postas abaixo "não só para o saneamento da cidade, que tinha ali um dos lugares mais inadequados à vida de cidade que se vai desenvolvendo de acordo com os novos preceitos de higiene", como também para seu melhoramento estético (O Albor, 1922, p. 2). Esse melhoramento visual também era presente no Código de Posturas, que exigia dos proprietários retoques e manutenção em suas fachadas a cada dois anos, entre os meses de setembro e dezembro. No caso da pintura dos casarios, deveria ser "a óleo ou verniz de três em três anos, nos referidos meses as portas, janelas, postigos, caixilhas, varandas, grades e gradis de ferro que ficarem para as ruas" (O Albor, 1911 *in* Ulysséa, 2004; Nodari *et al.*, 1995, p. 10).

Então, a reconfiguração estética e o afastamento dos pobres do centro urbano eram faces da mesma moeda. Em Florianópolis, a recomposição do espaço urbano culminou com a expulsão das populações de origem africana do centro para as áreas periféricas, onde se constituíram os "territórios negros" (Maria, 1997). Assim como na capital catarinense, em Laguna as exigências de manutenção colaboraram para a saída de pessoas mais pobres do centro,

Figura 1 - Vista da esquina do ABC e Rua Raulino Horn, antiga Rua Direita na década de 1920 (Bitencourt, 1997, p. 90).

optando em vender suas casas, procurando imóveis mais em conta e sem tantas requisições em áreas periféricas (Rosa, 2019). Laguna precisava criar aspectos de uma urbe em desenvolvimento, não podia ser palco de pedintes, de trabalhadores fora de seu horário de trabalho, de moradias malconservadas, de animais pelas ruas. Seu centro urbano não era para pobres.

As reclamações e as fiscalizações buscavam fazer com que ela fosse ocupada por pessoas com a aparência digna, de acordo com os padrões das lideranças locais. Em novembro de 1924, o delegado Henrique Fortes fora elogiado n'*O Albor* por exercer uma rigorosa vigilância contra as meretrizes que perambulavam pelas ruas da cidade, tendo encarcerado algumas (O Albor, 1924, p.2). A garotada que "vivia a jogar foot-ball pelas ruas" também foi alvo desse agente público. Neste sentido, o incômodo não se limitava a uma questão moral e de ofício; colocava-se também no uso do espaço público. As crianças que usavam as ruas como seu espaço de lazer mereciam a expulsão como as meretrizes. É possível que o desagrado das classes dirigentes fosse com a aparência desses meninos, além dos gritos, das bolas batendo nas paredes, da movimentação e de outros aspectos que envolve o futebol de rua, porque retiravam o aspecto moderno e civilizado tão almejado. Os elogios ao delegado eram, então, porque ele atendia aos desejos dessas elites expulsando as "classes pobres e viciosas" que prejudicavam o embelezamento urbano.

Membros das famílias mais ricas, comerciantes, funcionários públicos do alto escalão e políticos queriam que os visitantes, ao desembarcarem no porto e/ou na estação de trem, não vissem "cenas degradantes", mas sim uma cidade tão bela quanto os centros econômicos brasileiros, como Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro. O contato de membros desses grupos com esses lugares, fossem em suas viagens de negócios, de estudos e/ou de lazer, fez com que ambicionassem modificar Laguna e elevá-la naquilo que entendiam ser civilizado. Outro ponto muito importante para as alterações na paisagem de Laguna é o papel de destaque que ela ganha desde meados do século XIX.

Esta foi a mais importante cidade do sul catarinense na Primeira República, graças a seu porto e à decadência das atividades portuárias de Florianópolis. Os produtos das colônias de Azambuja, Urussanga, Grão-Pará, Princesa Isabel e Braço do Norte eram levados de trem e depois escoados através de seu porto; também havia a exploração do carvão. A combinação das atividades portuárias e mineradoras "fez com que, na segunda metade do século XIX, Laguna assumisse a 4ª posição no Estado quanto à movimentação portuária" (Campos, 2007, p. 41).

Em um clássico estudo sobre a história da urbanização do Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub afirma que as intervenções violentas "são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros", porém isso não foi sempre assim, é uma "tradição [que] foi algum dia inventada, ela também tem sua história" (Chalhoub, 1996, p. 19). É seguindo essa orientação que se julgou fundamental destacar a história da reestruturação urbana de Laguna para reconstituir suas territorialidades negras.

Sobre a invisibilidade negra em Santa Catarina

Pode-se dizer que a historiografia tradicional catarinense criou uma interpretação hegemônica que explica o passado do Estado a partir de uma lógica econômica, assentada na subsistência ou dependência do mercado exportador, tornando-se uma província peculiar. Uma de suas peculiaridades seria a ausência e inexpressiva mão de obra escravizada ao longo de sua história. De um modo geral, esse viés interpretativo criou uma história de Santa Catarina que "minimizava a importância da escravidão africana, coisificava cativos e libertos, tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas" (Cardoso, 2008, p. 21); que supervalorizou o trabalho de imigrantes europeus, sobretudo alemães, em detrimento dos africanos (Leite, 1991). Há, portanto, um apagamento quase absoluto das populações de origem africana no Estado e a ideia de que pessoas afrodescendentes não fazem parte da formação de muitos municípios catarinenses.

Fernanda Zimmermann (2011) aponta que a população africana, ainda na primeira metade do século XIX, representava cerca de 30% da população litorânea, que o trabalho agrícola utilizava mão de obra escravizada, com destaque na produção de farinha de mandioca, pesca e produção de óleo de baleia. Também havia africanos que trabalhavam para si, escravizados, libertos ou livres (Sayão, 2015, p. 133). Como chama a atenção Paulino Cardoso, historiadores fazem escolhas durante o "processo de produção de uma representação/interpretação de uma dada realidade pretérita. No caso de Santa Catarina, elas tendem a organizar a documentação de modo a evidenciar uma ausência, a presença africana" (Cardoso, 2008, p. 84). Assim, pode-se afirmar que a historiografia catarinense tradicional privilegiou certas impressões de viajantes, principalmente aquelas que indicavam baixo número de população escravizada de Santa Catarina, desconsiderando que isso era em comparação a outras províncias com maior contingente de escravizados e pessoas livres e libertas de origem africana.

O relato de Saint-Hilaire, no qual havia a informação de existir no Brasil uma pessoa escravizada para cada cinco homens brancos, foi muito útil para as interpretações

de Cabral e Piazza, porém os dois historiadores ignoraram a importância da população escravizada nas mais variadas atividades destacadas pelo mesmo viajante. Saint-Hilaire (1936, p. 198-199) afirmou que "o desejo dos lavradores era adquirir um número suficiente de cativos para satisfazer simultaneamente a sua vaidade e indolência". Ou seja, assim como em outros lugares do Brasil, ter escravizados tanto significava poder e prestígio social quanto a não necessidade de o senhor trabalhar diretamente nas atividades agrícolas. Barão de Langsdorff esteve na Província em 1803 e relatou que

> *[...] a quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se veem aqui é estranha aos olhos desacostumados de um europeu qualquer […]. São principalmente estes infelizes que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que possuem (Langsdorff, 1990, p. 165).*

Assim, em Santa Catarina, mesmo entre os pequenos proprietários, a posse de escravizados funcionava como afirmação de sua condição de homem livre, reforçava hierarquias sociais (Biléssimo, 2008) e, por isso, pode-se dizer que nesse Estado também houve escravismo enquanto um sistema social e econômico. A Tabela 1 apresenta a população segundo a condição social na Província de Santa Catarina, entre 1796 e 1872:

A tabela e os demais documentos informam que a população escravizada era superior a 20% da população em quase todos os anos analisados. Entretanto, prevalecem as interpretações de economia minifundiária e de subsistência com um escravismo tido como excepcional. Tudo isso foi associado a uma narrativa de sucesso da região graças à imigração europeia que ora valorizou as colônias lusitanas, ora as teutas, de acordo com a força política desses dois grupos.

A partir de 1880, as colônias teutas são responsabilizadas pelo desenvolvimento do Estado, o que, segundo Bitencourt, estava em consonância com as teorias raciais em voga na época (Bitencourt, 2016, p. 34; 2013, p. 114). As doutrinas raciais do final de século XIX orientavam intelectuais e políticos catarinenses tanto quanto em outras regiões do Brasil. A população luso-brasileira litorânea, em um primeiro momento, não era vista como capaz de acompanhar a nova ordem de valorização do trabalho que se estabelecia. Os luso-brasileiros "tornaram-se alvo de um diversificado e amplo investimento de controle que produziu uma imagem de indolência, atraso, incapacidade, doença etc.", quando os principais representantes do Partido Republicano Catarinense (PRC) tinham fortes relações com as colônias alemãs (Araújo, 1989, p. 13).

Na Primeira República, novas forças políticas se estabeleceram; Lauro Severiano Müller[3] e Hercílio Pedro da Luz[4] se tornaram expoentes do PRC, e ambos alcançaram o posto de governador do Estado, sendo que o último ocupou esse cargo em diversas ocasiões. Os dois eram representantes teuto-brasileiros da região do Vale de Itajaí e exaltavam o desenvolvimento econômico de sua região, que fora usado para impulsionar a tese de sucesso da colonização germânica em contraponto à ideia de fracasso das regiões litorâneas, que concentravam as colônias lusitanas. Mais do que diferenças econômicas, interpretaram os espaços ocupados por luso-brasileiros como insalubres e alegaram que suas populações, em especial das classes pobres, eram pertencentes a uma "sub-raça" (Bitencourt,

Tabela 1 - População segundo a condição social, Província de Santa Catarina, 1796-1872 (Botelho, 1998, p. 87).

Livres				Escravizados			Total	
Ano	N.º	%	Cresc. Anual	N.º	%	Cresc. Anual	N.º	Cresc. Anual
1796	18674	78,25		5191	21,75		23865	
1811	24333	76,64	1,76	7417	23,36	2,38	31750	1,90
1828	39924	76,51	2,91	12256	23,49	2,95	52180	2,92
1836	48741	78,93	2,49	13012	21,07	0,75	61753	2,11
1849	67811	81,94	2,54	14946	18,06	1,07	82757	2,25
1866	104459	87,65	2,54	14722	12,35	-0,09	119181	2,15
1872	144818	90,36	5,44	15444	9,64	0,80	160262	4,94

[3] ABREU, A. A *et al.* (coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930).* Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf. Acesso em: 24/06/2020.

[4] Para saber mais sobre Hercílio Pedro da Luz ler: MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. 2020. Biografia Hercílio Luz. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1194-Hercilio_Luz. Acesso em: 24/06/2020.

2016, p. 35). Como indica o relatório de Fúlvio Aducci, secretário-geral dos Negócios do Estado no governo de Felipe Schmidt, em 1915, o atraso era visto como fruto da inaptidão do povo brasileiro.

> *A quem tenha procurado desvendar as causas do nosso atraso, em relação a outros povos, não deve ter passado despercebida a insignificante capacidade de trabalho da nossa raça, atribuída geralmente a um fator fisiológico, isto é, a uma indolência nativa, e a um fator físico, isto é, a uberdade do nosso solo, de onde resulta a facilidade de obter os meios de subsistência, a desnecessidade de luta pela vida. Uma melhor observação dos fatos, porém, nos permitirá afirmar, com o testemunho e apoio da ciência, que a influência daquelas causas não tem tido o valor que lhes quer dar. Os modernos estudos de aplicação da higiene, a maior parte dos quais, para honra nossa, feitos e realizados em nossa pátria, por médicos brasileiros e em institutos e laboratórios nacionais, vieram demonstrar que o brasileiro, isto é, o homem dos nossos sítios e das pequenas cidades do litoral e interior, não é um vadio e sim um doente (Relatório apresentado ao governador do Estado, 1915, in Bitencourt, 2016, p. 37).*

A partir dos anos de 1920, os quadros político, econômico e cultural sofreram alterações significativas, aparentemente, graças ao fortalecimento político de Nereu Ramos e seu alinhamento com Getúlio Vargas. No golpe do Estado Novo, Nereu Ramos era governador do Estado e permaneceu como seu interventor federal até o fim do regime, consolidando uma nova configuração no poder em Santa Catarina, conforme sugere Bitencourt:

> *[...] quando da Revolução de 30 os campos de poder político em Santa Catarina estavam, então, assim configurados: os Ramos eram oposição ao governo estadual de Fúlvio Coriolano Aducci, representante do Partido Republicano, agremiação controlada pelos Konder que detinham o governo desde o último mandato de Hercílio Luz. Deste modo, a Revolução de 30 surge em Santa Catarina como uma inversão de grupos políticos no comando do Estado, transformando um controle político que perdurara por boa parte da última década. É possível ler nessa inversão, os delineamentos de uma étnico-geografia do poder político estadual (Bitencourt, 2013, p. 116).*

A família Ramos era representante da colônia lusitana ligada às atividades econômicas da pecuária e extração de madeira no Planalto Serrano; instalada no poder, não mediu esforços para evidenciar a importância de seu grupo no desenvolvimento do Estado. O governo Ramos investiu fortemente em forjar uma identidade homogênea, que ainda era orientada por uma matriz europeia, no seu caso lusa, marcado também por conflitos com ponderáveis parcelas da colônia alemã, simpatizantes do nazismo e do integralismo. Ramos tratou de nacionalizar as regiões com fortes imigrações alemã e italiana, principalmente por meio da rede escolar oficial que deveria inculcar referenciais de brasilidade (Campos, 2006, p. 351). Se, na Primeira República, a representação do imigrante alemão e seus descendentes davam a tônica do desenvolvimento do Estado, entre 1935 e 1945, os discursos e representações terão como alvo o luso-brasileiro. Uma nova identidade estadual estava em disputa, pensada por aqueles que agora ocupavam o poder. Eis a "étnico-geografia do poder político estadual" (Bitencourt, 2013, p. 116). De acordo com Serpa (1996, p. 66-67), durante a década de 1940 "etnias como alemães e italianas sofreram um violento processo de incorporação àquilo que chamavam de cultura brasileira". Continua o autor, "os açorianos, então, que na Primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e posteriormente de comemorações". Enquanto estes passam a ser enaltecidos na formação de um novo projeto de identidade regional, outros grupos étnicos, principalmente os não brancos, se esvaecem na proposta identitária.

Esse autor aponta que os principais representantes desse projeto identitário foram Oswaldo Rodrigues Cabral[5] e Walter Fernando Piazza[6]. Ambos tinham proximidade com políticos locais e participaram ativamente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e de sua revista, importante plataforma de divulgação de suas vastas obras sobre a história catarinense. Oswaldo Rodrigues Cabral foi, em 1948, um dos idealizadores do I Congresso Catarinense de História, sediado em Florianópolis, quando era presidente do IHGSC. Walter Fernando Piazza participou deste congresso e passou a integrar a Comissão Catarinense de Folclore, tendo sido, inclusive, diretor e editor de seu boletim.

Em seus compromissos com a construção de uma identidade que exaltasse o passado luso-brasileiro, sobretudo de origem açoriana e madeirense, esses autores passaram a evidenciar as primeiras povoações de Santa

[5] Nascido em Laguna, em 1903, atuou como médico, professor, escritor e militar, deputado constituinte de 1947 e deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1951 a 1955).

[6] Nascido em 1925, em Nova Trento, cursou o bacharelado e a licenciatura em Geografia e História na Faculdade Catarinense de Filosofia, depois incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tornou-se doutor e livre-docente em História do Brasil pela mesma Universidade, importante folclorista e articulista nos periódicos *Diário da Tarde* e *A Gazeta*.

Catarina e desenvolveram as teses de inexpressividade das populações de origem africana, recorrendo à minimização do uso de mão de obra escravizada. Para eles, o desenvolvimento da província era mérito exclusivo das populações europeias e seus descendentes, com destaque para o sujeito açoriano alçado como o responsável por essa "epopeia" (Piazza, 1994, p. 38).

Ao afiançar estas ideias, ao escolher uma identidade homogênea e hegemônica para a formação da identidade catarinense, às custas da exclusão de outros grupos étnico-raciais, Cabral e Piazza advogaram de maneira explícita em consonância com projetos de legitimação de poder e hierarquias raciais, muito em voga na primeira metade do século XX (Cardoso *et al.*, 2004). Neste sentido, é de suma importância fazer a discussão sobre como se construiu o conhecimento histórico sobre o escravismo na Província de Santa Catarina que está na memória de seus cidadãos, pois é ele que permite a reprodução cotidiana da invisibilidade das populações afrodescendentes no Estado. Entretanto, também é necessário mencionar a existência de diversos estudos que criticam essa historiografia, denunciando seu caráter racista, e de outras pesquisas que apresentam experiências de populações afrodescendentes para além da condição de escravizadas.

Territórios negros de Laguna

Uma pessoa que chegasse a Laguna em 1921, "quer por via férrea, quer por via marítima", tinha "logo seu espírito de observador solicitado por uma construção, que pela elevada posição topográfica em que se acha, e que pelo simbolismo religioso que reflete, deveria aparecer com outro aspecto e presença", porque estava em "franca ruína e verdadeiro abandono" (O Albor, 1921, p. 1). A edificação era a capela de Nossa Senhora do Rosário, templo pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Laguna. Segundo Ulysséa (1976, p. 182), "esta irmandade teve a sua época áurea no tempo da escravidão", quando realizava a festa à padroeira, que era "de grande fama" e "se podia sentir em todo o ritual, o sabor das coisas africanas. Nela figurava um rei e uma rainha, com respectivos vassalos, todos escravos, vestidos de cores espalhafatosas". Com suas vestes diferentes daquelas que o memorialista local estava acostumado a ver e, por isso, as considerava "grotescas", esses africanos e descendentes "assistiam à missa e à procissão. Acabada a parte religiosa, entregavam-se a danças trazidas da África, que duravam até altas horas da noite" (Ulysséa, 1976, p. 182).

Como podemos notar, a igreja ficava em um monte plano, conforme requereram seus irmãos em 1803 (Requerimento, 1803), que destacava sua presença. Hoje não há vestígios da existência dessa capela, que teria sido demolida entre as décadas de 1930 e 1940. Sua existência indica que, nos primeiros anos do século XIX, alguns afrodescendentes de Laguna já se organizavam coletivamente, buscando maneiras de arrecadar fundos para construir um local próprio para suas orações e outras manifestações religiosas ligadas ao catolicismo africano[7]. O terreno foi averbado à "Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna" em março de 1828; os irmãos pagaram anualmente 720 réis de foro; alguns memorialistas afirmaram que as obras começaram somente em 1845 (Ulysséa, 1976, p. 182).

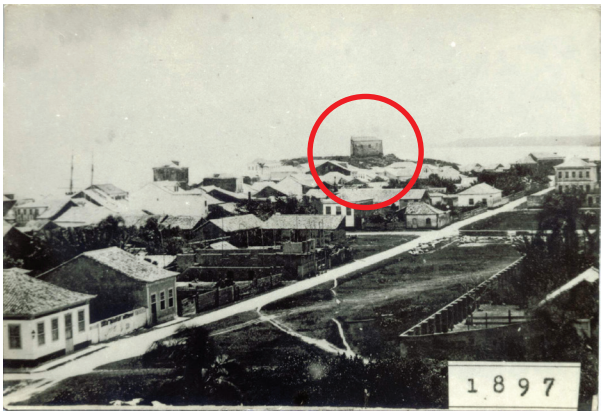

Figura 2 - Vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo (Lucena, 1998, p. 84).

Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário em "Vista parcial de Laguna (1900)" (Tavares *in* Abreu, 2015, p. 1).

[7] John Thornton aponta que o cristianismo foi aceito na África Central por conta dos pontos de aproximação com as religiões locais, fazendo com que não fosse visto como uma nova religião. Os rituais e símbolos católicos foram reinterpretados a partir das práticas culturais e religiosas existentes anteriormente (Thornton, 2004). Na América, essa situação contribuiu para que os africanos escravizados formassem um catolicismo popular próprio das irmandades negras (Malavota, 2007; Reginaldo, 2011; Rascke, 2016).

Saul Ulysséa transcreveu qual teria sido a primeira diretoria da irmandade, eleita em 1836, sob a presidência do vigário Francisco Vilela de Araújo. Este coroou Francisco Vaga e Josefa. O preto forro Mateus foi eleito juiz, Rita, escravizada de Ana Joaquina, juíza da Vara, Alexandra, escravizada do sacerdote Fidelis José Fraga, juíza de Ramalhete, Domingos, escravizado de José Francisco Coelho, capitão da mesa, o procurador-geral era Bonifácio Teixeira Machado e o andador era João, escravizado de Manoel dos Santos Lima. Também participavam da mesa Gregório, escravizado de Polucena da Tal; Matheus, escravizado de José Prudêncio dos Reys; Antônio, escravizado de Francisco dos Santos; Antônio, escravizado de Maria de Tal; João, escravizado de João Eufrásio; Ambrósio, escravizado de Ana Maria de Jesus; Maria, escravizada de Manoel Francisco Teixeira; Rita, escravizada de José Pinto de Magalhaes; Supriana, escravizada de Hena da Sá; Francisca, escravizada de Francisco Ferreira; Rosa Maria de Jesus, Preta forra. E, como procuradores, Teodósio, escravizado de Antônio Machado; Joaquim, escravizado de José Alves Lourenço; Manuel, escravizado de Florentino Quaresma. Tesoureiro, Fidelis José Fraga e o escrivão, Manoel dos Santos Lima (Ulysséa, 1976; O Albor, 1939, p. 2).

Então, vê-se que, entre os irmãos e irmãs da confraria, três foram identificados como pretos forros e os demais, como escravizados. Ao investigar os inventários e relacioná-los com esses escravizados, percebeu-se que os cativos arrolados foram registrados como benguela, cassanje e congo. Essas eram as principais "nações" africanas encontradas na Ilha de Santa Catarina (Malavota, 2007, p 90; Mamigonian *et al.*, 2013, p. 30), sendo provável que tenham estado em todas as regiões litorâneas da Província. Nota-se também a presença de senhores de escravizados na irmandade, como Fidelis José Fraga, algo que se repete em outras regiões do Brasil. Muitos ocuparam cargos nesse tipo de entidade porque dominavam a cultura letrada e para acompanharem de perto as movimentações dessas pessoas de origem africana na intenção de as controlar. Embora haja a tentativa de reforçar a autoridade sobre essas pessoas, os estudos sobre irmandades negras extrapolaram a interpretação que reduzia as experiências nesses espaços à afirmação da submissão de africanos e seus descendentes.

Regina Célia Xavier, por exemplo, demonstrou que os membros da "Irmandade de São Benedito" da cidade de Campinas se contrapuseram, em diversos momentos, aos setores do clero e das elites que tentaram controlá-los. A irmandade do Oeste Paulista fora usada para lidar com problemas próprios e exercer o catolicismo à sua maneira, e isso começava com a escolha do santo padroeiro, que tinha uma trajetória de vida similar à dos irmãos: era afrodescendente e escravizado. Por isso, ela acreditou que "os santos ocupavam, aliás, funções similares aos ancestrais, ao intermediar o mundo do visível com o invisível" (Xavier, 2008, p. 143). Paulino Cardoso considera que as confrarias negras funcionaram ambiguamente, oscilando entre o controle e a autonomia; "foram concebidas como lugar normativo, de assimilação de valores culturais da sociedade colonial. Estes lugares de exercícios de um catolicismo leigo e popular também foram transformados em espaços de sociabilidade e de invenção de visões de liberdade" (Cardoso, 2008, p. 261). Em uma mesma linha interpretativa, Karla Leandro Rascke reconhece que estas irmandades seguiam regras estatutárias muito semelhantes a outras associações brancas, mas aponta no que elas se diferenciavam nas vivências, nos desejos e cuidados, "presentes nas sociabilidades entre associados e associadas" (Rascke, 2016, p. 113), ou seja, por mais que utilizassem as agremiações de origem europeia como referência, estes agentes sociais pautaram projetos próprios orientados por suas demandas. Como bem salientou Flavio Gomes, não se tratava de mimetismo, "mas o desejo de bancar o próprio jogo" (Gomes, 2005, p. 12).

Com muitas "cores, movimentos, performances, musicalidade e ritmos", características típicas das festas aos padroeiros das irmandades negras, desafiavam o controle e a compreensão eurocêntrica que reduziam suas manifestações ao exótico (Rascke, 2016, p. 159); a "Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Laguna" perpassou o campo da religiosidade. Sua experiência legitima a presença africana e afrodescendente no sul de Santa Catarina e pode ser vista como um território negro daquela cidade.

Ilka Boaventura Leite considera que os estudos sobre relações étnico-raciais dos anos de 1960 e, principalmente, as análises de Clóvis Moura sobre interdições aos negros e quilombos fizeram com que todas as ações e reações negras em seu quotidiano fossem vistas como resistências. Consequentemente, "a noção de território como base geográfica e como necessária à sobrevivência de negros" passou a ser interpretada "como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista" (Leite, 1991, p. 40). Pensando o território negro em Santa Catarina, onde, "sem muita dificuldade, já foi possível comprovar que este grupo vive de forma visivelmente segregada", a autora considera que uma explicação genérica, que só leve em conta o espaço geográfico onde se concentram as moradias e os trabalhos ocupados, "não esclarece a complexidade das formas de apropriação do espaço" pelos afrodescendentes. Para ela, é preciso levar em conta o reconhecimento dado ao local "pela coletividade que o conforma", se há um tipo de identidade social; "o território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria

existência do social". O território negro não é imóvel, ao contrário, "desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece" (Leite, 1991, p. 40-41).

Neste sentido, território negro não trata apenas de uma questão espacial. É espaço ocupado ou constituído que tem, principalmente, marcas estabelecidas por diferentes sujeitos sociais, que o reconhecem e se reconhecem nele, construindo, em partes, a igualdade de um grupo. Sua constituição, geralmente, não se dá de forma organizada, mas silenciosa, cercada por conflitos, resistências, códigos, relações sociais que possibilitam percepções de valores culturais que estabelecem a diferença entre os sujeitos (Cardoso, 1993, p. 38-39).

Situada à rua Voluntário João Firmiano, em 1942, estava a "Sociedade Musical União dos Artistas", que naquele 3 de maio completava 82 anos de existência. Fundada por Luiz Augusto Werner, que "conseguiu reunir um grupo de homens de cor", fora regida primeiro pelo músico Pedro Nolasco, que, "com muito esforço" e "boa vontade dos músicos, pois muitos deles não conheciam música", deixou-a pronta para se apresentar em quatro meses de funcionamento (O Albor, 1942, p. 1). No grupo de "homens de cor", estava Manoel Alano Fernandes, que também aparece na lista da comissão de arrecadação de fundos para reforma da capela da Nossa Senhora do Rosário, em 1905 (O Albor, 1905, p. 1).

Outra banda de afrodescendentes também comemorava aniversário em maio, especificamente no dia 13; era a "Sociedade Musical Carlos Gomes". Essa entidade musical fora fundada em 1882 "por um grupo de músicos descontentes com a regência de Manoel Aprígio da Silva, então mestre da banda musical União dos Artistas", com o nome "Santa Cecília", nome posteriormente trocado por "Treze de Maio" até homenagear um dos mais prestigiados maestros brasileiros. Ela também circularia em 1942 pelas ruas da cidade seguido de um baile em seu recinto, celebrando seu aniversário e a abolição da escravatura (O Albor, 1942, p. 3). Seu segundo nome e a escolha da data de fundação dizem muito a respeito das práticas das populações afrodescendentes no pós-Abolição não só no Brasil, mas também na América como um todo.

Atualmente, há ressalvas quanto às comemorações pelo fim da escravidão no Brasil por parte de organizações do Movimento Negro, em alguns casos completamente rejeitadas e/ou substituídas por celebrações ao 20 de novembro. Contudo, a Abolição foi comemorada entre pessoas de origem africana no Brasil até meados do século XX, existindo muitas associações de afrodescendentes com o nome "13 de Maio". Celebravam a data porque consideravam que a Abolição lhes concedeu direitos, que não se restringiam a serem pessoas livres para escolher as melhores condições para se empregar. Entre as populações

Figura 4 - Associações Musicais "Sociedade Musical União dos Artistas" de uniforme escuro e "Sociedade Musical Carlos Gomes" de uniforme claro. Sem data

de origem africana da época, o fim do escravismo era visto como sinônimo de igualdade entre negros e brancos, e essa interpretação não era exclusiva de ex-escravizados. Keila Grinberg e Ana Flávia Magalhães Pinto apontam que a força da escravidão era tamanha que até mesmo ilustres homens de cor, de prestígio nacional, temiam serem raptados e escravizados; por isso, evitavam circular fora de suas regiões de origem onde seus rostos não eram conhecidos publicamente (Grinberg, 2002; Pinto, 2018). A Abolição pôs fim a esse temor.

Em estudos sobre comemorações pelo fim do escravismo, percebem-se tensões e conflitos, até mesmo agressões físicas por conta das diferenças de sentidos de liberdade entre afrodescendentes e outros setores da sociedade, fossem brancos nacionais ou imigrantes, das elites, líderes políticos ou da força policial. Os primeiros, em muitos casos, entenderam que sua liberdade significava estar livre do controle de qualquer autoridade e vigilância, também que lhes fora reconhecida sua humanidade, que nunca se perdera na escravidão, mas que era constantemente violada, e que estavam sendo alçados à condição de cidadãos plenos. Os outros tentaram de diversas formas manter o controle da sociedade e das hierarquias estabelecidas no escravismo; por isso, faziam questão de criar ou reforçar identificações distintas, como denominar genericamente de libertas todas as pessoas de origem africana. Esta classificação tinha a intenção de destacar os papéis ocupados por cada grupo no passado escravista e legitimava as desigualdades de condições entre brancos e negros na sociedade livre do escravismo. Argumentava-se que, por terem sido escravizados, os "libertos" não conseguiam compreender a sociedade pautada pelo trabalho livre e, portanto, não podiam gozar de plena cidadania nos anos imediatos após a Abolição (Lucindo, 2020).

Na capital paulista, todas as "sociedades negras" que se intitulavam beneficentes faziam celebrações no dia 13 de maio. Petrônio Domingues (2011, p. 41) considera que estes festejos aconteciam com "diferentes contornos e significados políticos, ora por permitir que a memória coletiva da escravidão não caísse no ostracismo, ora por suscitar na agenda nacional o debate sobre a questão racial, ora por carrear visibilidade às reivindicações de Direitos". Desta forma, pode ser que os integrantes da "Sociedade Musical Carlos Gomes" participassem dessa tradição de prestigiar com características similares às de outros locais.

De acordo com os estatutos de 1941, a fundação da "Carlos Gomes" foi em dia 8 de abril de 1882, porém n'*O Albor* de maio de 1942 é dito que "em homenagem à data de sua fundação e de 13 de Maio, a banda musical 'Carlos Gomes' fará nesse dia [13 de maio] passeata" (O Albor, 1942, p. 3). Isto pode significar que houve uma refundação no período entre os estatutos e a notícia da festa, passando a sociedade musical a comemorar seu aniversário junto com a Abolição. E, também, é possível que seus membros tivessem optado por esperar cerca de um mês para celebrar as duas datas conjuntamente. Em todo caso, a notícia sugere que o fim do escravismo ainda correspondia a alguma expectativa entre aqueles homens de cor, que desejavam se exibir publicamente em sua honra.

Outro ponto que chama a atenção é sua lista de membros fundadores na nota comemorativa de seus 60 anos. Aparecem nomes como de Antônio Felisberto da Rosa, Lucidonio Vicente Cipriano, Franklin Nascimento e José Alano de Bittencourt, todos irmãos do Rosário; alguns eram sócios da "Sociedade Recreativa União Operária", e outros do "Clube Literário Cruz e Sousa". Estas duas últimas entidades ficaram conhecidas nas memórias de seus antigos frequentadores como rivais, sendo a primeira formada por "mulatos" ou "morenos" e a outra por "pretos". Sabe-se que a sociedade recreativa fora fundada em fevereiro de 1903 e, cerca de três anos depois, um grupo dissidente fundou o clube literário.

Percebem-se novamente cisões no circuito associativo negro de Laguna, o que não foi nenhuma exclusividade da cidade e dos afrodescendentes. As rupturas fazem parte da vida associativa em geral, porque as associações são formadas por grupos heterogêneos que se aglutinam em torno de pautas comuns. Entretanto, a unidade sustentada pelos interesses comuns não elimina os interesses individuais, que podem ser divergentes ou, até mesmo, antagônicos com pautas particulares de outros membros. Enquanto os objetivos comuns e as estratégias para os alcançar conseguirem diminuir as diferenças individuais, o grupo se mantém unido, mas, quando as diferenças superam os valores compartilhados, as dissidências ocorrem.

Participar de uma irmandade, de uma banda musical e de uma sociedade recreativa também não é uma exclusividade dos afrodescendentes de Laguna; mais uma vez envolve os múltiplos interesses que compõem um sujeito. De acordo com Paula Christina Bin Nomelini (2010), os objetivos apresentados em organizações pautadas pela identidade de ofício, até o Estado Novo, indicam que os trabalhadores reconheciam suas inseguranças "proporcionada pelo fato de serem trabalhadores", por isso, se preocupavam em fundos previdenciários e de saúde. Muitos trabalhadores "negros" participaram do associativismo operário, ao mesmo tempo que estiveram em organizações "que promoviam 'o engrandecimento da raça'", o que indica que para eles as inseguranças não se limitavam à condição de trabalhadores, "mas também ao fato de serem negros" vivendo situações de exclusão social (Nomelini, 2010, p. 149-150). Um dos sujeitos encontrados por essa autora foi Armando Gomes, afrodescendente sócio da "Liga Humanitária dos Homens de Cor", da "Sociedade Dançante Familiar União da Juventude", ambas com pautas de cunho racial, e da "Sociedade Humanitária Operária", que se pautava pela identidade de classe. Assim, cada instituição atendia algumas de suas necessidades, ajuda sanitária mútua de "homens de cor" na "Liga", divertimentos em bailes na "União" e assistência previdenciária na "Operária", sendo que o associativismo funcionava em um sistema de complementari dade.

Algo similar pode ter acontecido entre os afrodescendentes de Laguna. A irmandade atendia aos aspectos religiosos, as bandas musicais ofereciam aperfeiçoamento musical, divertimentos em bailes e possibilidade de renda com a contratação para festas, enquanto as sociedades recreativas ampliaram as experiências de divertimentos para pessoas que não tinham a intenção de tocar instrumentos. É importante mencionar que a instrução e cuidados com seus membros estão presentes nos objetivos de todas essas associações de afrodescendentes de Laguna, outro aspecto comum do associativismo negro. Portanto, é possível que elas tenham sido fundadas em momentos de críticas às gestões e quando determinados grupos percebiam que era necessário mudar e/ou ampliar a capacidade de atuação da agremiação a que pertenciam, ou seja, novas entidades teriam sido criadas para atender novos objetivos.

Considerações finais

Na Laguna da virada do século XIX para XX, "o porto era bastante movimentado, no cais viam-se marinheiros, sentados sobre velas de navios estendidas, de repuxo e agulha palomando-as e cosendo-as, em alegres algaravias", dizia o memorialista Saul Ulysséa (Ulysséa, 1943, p. 16). Era por lá que chegavam os produtos dos principais centros urbanos do Brasil na época. Não era um espaço restrito aos trabalhadores portuários; muitas pessoas o frequentavam.

Fora transformado em um espaço de sociabilidade, onde pessoas se encontravam para ver a saída e a chegada de navios, para receber seus produtos e entes queridos, conversar, trocar informações, negociar – o que igualmente aconteceu com a estação de trem, outro importante ponto de ligação entre a cidade e o resto do mundo.

É interessante observar esse cenário imaginando a situação descrita n'*O Albor* de 1921: todas as pessoas que ocupavam esses dois locais, ao voltar seus olhos para a cidade, viam a capela construída pela "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto de Laguna" (O Albor, 1921, p. 1) – olhavam para um pedaço da história negra de Laguna. Contudo, esta não era a única forma de enxergar as populações de origem africana; bastava olhar ao redor. De acordo com a lista das profissões ocupadas pelos sócios da "Sociedade Recreativa União Operária", muitos trabalharam na estrada de ferro e no porto; também atuaram no comércio, nas fábricas, no serviço público, na construção, na tipografia. Seus sócios não estavam na composição das classes abastadas, mas ocupavam diferentes ofícios que faziam parte das atividades econômicas vitais daquele município, sendo bem provável que não fossem os únicos afrodescendentes.

Não é impossível supor que um comerciante, quando precisava fazer suas reformas obrigatórias, contratasse alguns pedreiros, carpinteiros e pintores afrodescendentes. Na verdade, em alguns casos, o próprio comerciante era um afrodescendente, como Sizino Antônio Machado e seu filho, que tinham um armazém de secos e molhados na rua Gustavo Richard, 122 (O Albor, 1924, p. 4). Da mesma forma, não seria estranho falar em africanos e seus descendentes circulando em festas pelas ruas dessa cidade, tanto em festejos de matrizes africanas realizados pela Irmandade quanto em comemorações de 13 de maio e outras celebrações embaladas pelas músicas das bandas "União dos Artistas" e "Carlos Gomes". Entretanto, como aponta este artigo, todo esse cenário ocupado por afrodescendentes é apagado da história de Laguna.

A historiografia tradicional catarinense, enquanto buscava comprovar a relação do desenvolvimento do Estado com seu fluxo migratório, valorizou narrativas que minimizavam a presença de populações de origem africana e responsabilizavam as colônias europeias por seu crescimento. Em consonância com as teorias raciais do final do século XIX e da primeira metade do século XX, diferentes intelectuais e políticos fizeram questão de apagar qualquer contribuição de afrodescendentes na formação de Santa Catarina, fazendo com que esta região fosse vista como um pedacinho da Europa no Brasil. No entanto, diversas pesquisas já refutaram esse entendimento, demonstrando que, apesar dos grandes fluxos migratórios de europeus para os municípios catarinenses, houve presença africana e que ela é fundamental na constituição de Santa Catarina.

Este artigo se soma às pesquisas que buscam dar visibilidade às experiências de afrodescendentes e problematizar seu apagamento na historiografia. Aqui se argumentou que, em Laguna, esse processo de inviabilização esteve atrelado às mudanças urbanas, as quais segregaram parte da população, principalmente, expulsando os setores mais pobres do centro urbano. No entanto, as instituições criadas por alguns afrodescendentes deixaram marcas da presença negra na cidade; elas podem ser usadas para contar histórias das populações afrodescendentes. Enfatiza-se, por fim, que, a partir do associativismo negro, é possível discutir histórias de afrodescendentes que se associaram, já que há um sem-número de outros sujeitos com incontáveis experiências que permitem fazer outras tantas histórias sobre as populações de origem africana.

Referências

ABREU, Luís Claudio. No topo do morro: a festa e a Igreja do Rosário. 2015. Disponível em: https://asmileumahistoriaslaguna.blogspot.com/2015/06/igreja-do-rosario.html Acesso em 26 out. 2019.

AMARAL, F. C. 2011. A lei de 1831: debates e representações dos escravos africanos. *In:* M. ABREU (org.); M. PEREIRA (org.), *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói, PPGHistória – UFF, p. 57-66.

ARAÚJO, H. R. 1989. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.* São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 216 p.

BILÉSSIMO, A. 2008. *Entre a praça e o porto*: *grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860-1880).* Itajaí, Casa Aberta; UDESC, 151 p.

BITENCOURT, J. B. 2007. Da salubridade à eugenia: cidade e população no Estado Novo. *Espaço Plural*, **8**(17):55-64, 2°semestre.

BITENCOURT, J. B. 2016. *Laguna: uma análise sobre o discurso de cidade histórica*. Criciúma, SC: UNESC; Florianópolis: Dois Por Quatro, 227 p.

BITENCOURT, J. B. 2013. Via de mão dupla para a urgente lusitanidade: tramas historiográficas que anexaram o Sul do Brasil à identidade nacional no contexto do Estado Novo. *História Revista*, Goiânia, **18**(2):111-141, jul./dez.

BITENCOURT, J. B. 1997. *Clio positivada***:** a artesania da cidade histórica de Laguna. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112173?show=full. Acesso em: 04/06/2023.

BOSI, E. 1987. *Memória e sociedade – Lembranças de velhos.* 2ª ed. São Paulo, Edusp, 411 p.

BOTELHO, T. R. 1998. *População e nação no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 217 p.

CACHAPUZ, P. B. 2010. MÜLLER, Lauro. In*:* ABREU, A. A *et al.* (coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930).* Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf. Acesso em: 24/06/2020.

CAMPOS, C. M. 2006. *A política da língua na era Vargas*: *proibição*

do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas, Ed. da Unicamp, 2006, 351 p.

CAMPOS, G. C. 2007. *Patrimônio Edificado de Laguna: conhecer, interpretar e preservar*. Tubarão, SC. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, 117 p.

CARDOSO, P. J. F; SBRAVATI, D. F; AMARAL, T. C. 2004. Cúmplice e sedutor: Oswaldo Rodrigues Cabral e a história das populações de origem africana. *Percursos*, Florianópolis, **5**(1):75-92, jan./jun.

CARDOSO, P. J. F. 2008. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí, Casa Aberta, 394 p.

CARDOSO, P. J. F. 1993. *A luta contra a apatia*: *estudos sobre a instituição dos movimentos racistas na cidade de São Paulo (1915-1931)*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 195 p.

CHALHOUB, S. 1996. *Cidade febril*: *cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 250 p.

DOMINGUES, P. J. 2011. "A Redempção da nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História*, **31**:19-48.

GOMES, F. 2005. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 92 p.

GRINBERG, K. 2002. *O fiador dos brasileiros*: *cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 403 p.

LANGSDORFF, G. H. 1990. Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807. *In:* A. P. HARO (org.), *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, UFSC; Lunardelli, 236 p., p. 157-184.

LEITE, I. B. 1991. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates – NUER/UFSC*, Florianópolis, **1**(1):5-42.

LUCENA, L. M. F. 1998. *Laguna*: *de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana.* Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 163 p.

LUCINDO, W. R. S. 2020. *Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX*. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, 276 p.

MALAVOTA, C. M. 2007. *Os africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788-1850.* Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 218 p.

MAMIGONIAN, B. G; CARDOSO, V. H. 2013. Tráfico de escravos e a presença africana na ilha de Santa Catarina. *In:* B. G. MAMIGONIAN (org.); J. Z. VIDAL (org.), *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.* Florianópolis, Editora da UFSC, p. 17-42.

MARCON, F. 2010. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Florianópolis, Letras Contemporânea, 153 p.

MARIA, M. G. 1997. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis – 1930 a 1940*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 257 p.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. 2020. *Biografia Hercílio Luz*. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1194-Hercilio_Luz. Acesso em: 24/06/2020.

NODARI, E. S.; SERPA, E. C.; MERGENER, F.; DEL PRA NETTO, C. 1995. Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República. *Revista Catarinense de História*, 3:03-14.

NOMELINI, P. C. B. 2010. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, **2**:143-173.

PIAZZA, W. 1994. *A colonização de Santa Catarina*. 3ª ed. Florianópolis, Lunardelli, 89 p.

PINTO, A. F. M. 2018. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 374 p.

RASCKE, K. L. 2016. *Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil*. Curitiba, Appris, 322 p.

REGINALDO, L. 2011. *Os rosários de Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo, Alameda, 399 p.

REIS, A. 1996. *Brinca quem pode: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna, Santa Catarina.* Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, 206 p.

ROSA, J. C. 2019. *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*. Curitiba, CRV, 148 p.

SAINT-HILAIRE, A. 1936. *Viagem á província de Santa Catharina (1820)*. São Paulo, Nacional, 252 p.

SAYÃO, T. J. 2015. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). *Revista Brasileira de História*, **35**(69):131-154.

SERPA, É. C. 1996. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Editora da UFSC, **14**(20):63-79.

THORNTON, J. K. 2004. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800.* Rio de Janeiro, RJ, Elsevier, 436 p.

ULYSSÉA, N. 1976. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. *In: Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos*. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Florianópolis, IOESC, 326 p., p. 158-200.

ULYSSÉA, R. 2004. *Laguna: memória histórica*. Brasília, Letrativa, 409 p.

ULYSSÉA, S. 1943. *A Laguna de 1880*. Florianópolis, IOESC, 101 p.

XAVIER, R. C. L. 2008. *Religiosidade e escravidão no século XIX: Mestre Tito*. Porto Alegre, RS, Editora da UFRGS, 382 p.

ZIMMERMANN, F. 2011. *De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 142 p.

Fontes

IRMANDADE do Nossa Senhora do Rosário. Termo de Eleição dos Novos Irmãos.

LIVRO de Registro de Matrículas dos Sócios do União Operária (1914-1952).

O ALBOR, Laguna, 1904 - 1944.

REQUERIMENTO do juiz e irmãos da Mesa Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia Santo Antônio dos Anjos da Laguna, por seu procurador Joao Neto ao príncipe regente Dom João, solicitando licença para erigir uma capela a Nossa Senhora na mesma vila. [ANO: '1803] Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Rio de Janeiro, cx. 208, doc. 45. AHU_ACL_CU_003, Cx. 35, D. 2838.

Submetido em: 28/05/2021
Aceito em: 17/09/2021